

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2024

Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 005Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-005Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Nunca desista, sempre lute, pois somente os lutadores merecem vencer!

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.

- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

Fundação  Carlos Chagas



Caderno de Prova 'B02', Tipo 005

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

Temos que acreditar

Será que podemos entender o mundo sem algum tipo de crença? Esta é uma pergunta central na dicotomia entre ciência e fé. De fato, o modo como um indivíduo escolhe responder a ela determina, em grande parte, como se relaciona com o mundo e a vida em geral. Contrastando as explicações míticas e científicas da realidade, podemos dizer que muitos religiosos buscam explicar o desconhecido com o desconhecível, enquanto a ciência busca explicar o desconhecido com o conhecível.

Muito da tensão entre ciência e fé vem da suposição de que existem duas realidades mutuamente incompatíveis, uma dentro deste mundo (e, portanto, "conhecível" através da aplicação diligente do método científico) e outro fora dele (e, portanto, "desconhecível", relacionada tradicionalmente à crença religiosa).

Mitos religiosos permitem que os que neles creem transcendam sua "situação histórica", a perplexidade que sentimos ao compreendermos que somos criaturas delimitadas pelo tempo, cada um com uma história que tem um começo e um fim. Em um nível mais pragmático, explicações míticas de fenômenos naturais são tentativas pré-científicas de dar sentido àquilo que existe além do controle humano. A motivação por trás dessas explicações não é tão diferente daquela da ciência, já que ambas tentam de alguma forma revelar mecanismos por trás dos fenômenos naturais: afinal, tanto deuses quanto forças físicas fazem coisas acontecer, mesmo que de formas radicalmente distintas.

Tanto o cientista quanto o crente acreditam em causas não compreendidas, ou seja, em coisas que ocorrem por razões desconhecidas, mesmo que a natureza da causa seja completamente diferente para cada um.

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **A ilha do conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, 2023, p. 31-32)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

(A) *explicações míticas de fenômenos* (3º parágrafo) = suposições sensíveis de ocorrências

- (B) a motivação por trás dessas explicações (3º parágrafo) = a causa oculta dessas elucidações
(C) uma pergunta central na dicotomia (1º parágrafo) = um mistério essencial na relativização
(D) aplicação diligente do método (2º parágrafo) = administração implícita da prática
(E) Em um nível mais pragmático (3º parágrafo) = com um teor mais concebível

2. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) É comum que mesmo aos cientistas mais diligentes venham a faltar, em suas pesquisas, o acerto necessário na condução dos seus métodos.
(B) O aprimoramento dos métodos científicos possibilitam aos pesquisadores alimentar esperanças no sucesso do empreendimento que os inspiram.
(C) Não resta aos cientistas ou religiosos senão tomarem para si o dever de encontrar respostas a todo e qualquer mistério que os intrigue.
(D) Não são de se supor que os mistérios que a cada leigo intriga não preocupe também os cientistas mais determinados e os religiosos mais convictos.
(E) O que mais convém aos cientistas é apurarem seus métodos de investigação, assim como não podem faltar aos religiosos o apoio da fé.
3. No primeiro parágrafo do texto, afirma-se, essencialmente, que
- (A) as explicações religiosas e científicas derivam de uma mesma motivação inicial em face do que é desconhecido.
(B) os religiosos e os míticos tendem à dicotomia quando buscam explicar o que é de fato conhecido.
(C) a compreensão do mundo torna-se indispensável para se superar a dicotomia entre a religião e a ciência.
(D) as explicações míticas e científicas da realidade acabam por tornar conhecido o que está além do entendimento.
(E) tanto as explicações religiosas como as científicas acabam contrastando com a realidade do mundo já conhecido.
4. Conforme o terceiro parágrafo, entende-se por "situação histórica"
- (A) a revelação de mecanismos incógnitos do mundo.
(B) a perplexidade motivada por nosso pragmatismo.
(C) a transcendência impulsionada pelo mundo natural.
(D) a narrativa vivida de modo determinado por um indivíduo.
(E) as tentativas pré-científicas de dar sentido às coisas.
5. No contexto do terceiro parágrafo, ao se falar de explicações míticas e científicas, considera-se que
5. No contexto do terceiro parágrafo, ao se falar de explicações míticas e científicas, considera-se que
- (A) as coisas que ambas fazem acontecer revelam possível identidade de procedimentos.
(B) as causas dos intrincados fenômenos naturais elucidam-se por uma disposição de fé.
(C) cientistas e religiosos convergirão no final de tudo para resultados similares.
(D) a dicotomia inicial entre distintas formas de conhecimento tende a ser suprimida.
(E) alguma semelhança de propósitos não elimina uma distinção drástica entre os métodos.



6. A frase continuará correta com a substituição do elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses no seguinte caso:
- (A) *são tentativas pré-científicas de dar sentido àquilo que existe. (significar naquilo)*
(B) *ambas tentam de alguma forma revelar os mecanismos por trás dos fenômenos. (expor dos)*
(C) *muitos religiosos buscam explicar o desconhecido. (ter acesso do)*
(D) *Muito da tensão entre ciência e religião vem da suposição. (origina pela)*
(E) *Mitos religiosos permitem que os que neles creem transcendam sua "situação histórica". (lhes dão crédito)*
7. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Será que podemos entender o mundo sem algum tipo de crença?*, a forma verbal resultante deverá ser
- (A) podia entender-se
(B) pode entender-nos
(C) podemos ser entendidos
(D) pode ser entendido
(E) o entenderemos

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau (1713-1784), foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume **Rousseau – Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)

8. No contexto do segundo parágrafo, a frase *o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade*
- (A) dá como irreversíveis e positivos os passos históricos que venceram a natureza.
 - (B) demonstra a convicção que tem o filósofo de que a história humana caminha em linha reta.
 - (C) atesta o fato de que o filósofo Rousseau na verdade jamais admitiu virtudes da vida natural.
 - (D) está carregada da ironia amarga que consagrou o filósofo nos seus ataques à civilização.
 - (E) apresenta-se na forma verbal condicional por estar ligada à frase que abre esse período.

9. Considerando-se o contexto, estabelece-se uma **oposição de sentido** entre estes segmentos:

- (A) *perda da consciência a que é conduzido / ostentação da inteligência* (3º parágrafo)
- (B) *culto dos refinamentos / atividade do espírito crítico, livre de pressões* (3º parágrafo)
- (C) *idealização do homem primitivo / sua mais profunda humanidade* (1º parágrafo)
- (D) *não se regenera pela destruição da sociedade / retorno à vida no meio das florestas* (2º parágrafo)
- (E) *ampliação dos horizontes intelectuais / arrancou para sempre da animalidade* (2º parágrafo)

10. Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau,

- (A) instituições culturais como museus e bibliotecas libertam-nos de vez de vícios ancestrais.
- (B) a racionalidade e a inteligência impediram que instintos primitivos aforem no homem.
- (C) não há vantagens em se libertar da vida natural para se integrar ao estado social civilizado.
- (D) certas perversões da vida social levam o homem a experiências do mais baixo primitivismo.
- (E) a sofisticação mais oportuna da consciência humana está em reorientar-se pelo animalismo.



11. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Aqui e ali nos textos de Rousseau, houve quem encontrasse a falsa ideia, de que ele não reconhecia valor algum, nos hábitos civilizados.
- (B) Apesar das interpretações equivocadas que, ainda, se perpetuam as obras de Rousseau provocam, entre leitores especializados um sugestivo debate.
- (C) Nas obras de Rousseau, reconhecidas como do mais alto idealismo, as sociedades tribais, com seu primitivismo, são admiradas pelo filósofo.

- (D) Ao analisar comunidades primitivas Rousseau considera, que seus hábitos, exprimem uma feliz naturalidade ao contrário dos hábitos aristocráticos.
- (E) Não fossem os abusos, da vida civilizada, o homem poderia aspirar a uma sociedade, cujos altos valores fossem também revestidos de simplicidade.

-
12. Na frase *Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras*, o elemento sublinhado pode ser adequadamente substituído por:
- (A) A menos que destituído
- (B) Porquanto encarecido
- (C) Para se prover
- (D) Conquanto desprovido
- (E) Uma vez assoberbado

-
13. A frase *não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras* (3^o parágrafo) ganha nova forma, na qual se preservam sua correção e seu sentido básico, em:
- (A) impeça-se os artistas e os intelectuais de rebaixarem a tolos caprichos sem duração que os possam acometer.
- (B) quer evitar que a submissão dos gostos caprichosos e transitórios se deem à revelia dos artistas e intelectuais.
- (C) não quer se dar conta de que frivolidades caprichosas, em ondas efêmeras, se imponham a artistas e intelectuais.
- (D) deseja impedir que artistas e intelectuais sejam vistos como submetendo a medidas vazias e gosto oportuno.
- (E) não espera que virtudes vazias e atração pelo que é passageiro venha a confrontar os artistas e os intelectuais.

-
14. É adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na seguinte frase:
- (A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.
- (B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.
- (C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorrera que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.
- (D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de fato a cometê-los.
- (E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

Aspectos Históricos da Região Amazônica

15. A pesquisa arqueológica na região amazônica desde os anos 1970 vem possibilitando aprofundar o conhecimento sobre seu passado pré-colombiano. Algumas descobertas revelam que
- (A) a ação do clima tropical e as características da floresta úmida (o chamado "inferno verde") impediram a conservação de vestígios ao longo do tempo, principalmente quando se trata de sambaquis, inexistentes na região por terem sucumbido a esses agentes.
- (B) o contato e as trocas culturais entre os primeiros povos amazônicos e os grandes impérios ameríndios, como o asteca, são bastante prováveis uma vez que se observa a predominância de traços mexicas em vestígios arqueológicos brasileiros.
- (C) os povos que habitaram a região tinham domínio de técnicas agrícolas, da escrita em tabuletas de argila e de sofisticada arte cerâmica, como demonstraram os estudos da cultura marajoara e tapajônica.
- (D) os vestígios de centenas de geoglifos, grandes estruturas geométricas construídas como possíveis fortalezas ou templos, revelam que havia concentração e densidade populacional nessa região.
- (E) a ocupação humana na região se deu, originalmente, por meio do deslocamento de povos andinos, mas foi rarefeita e é hoje marcada por vestígios dessas populações de vida nômade que viviam em núcleos pouco numerosos, dedicados à caça e à coleta.



16. Considere o texto a seguir:

Figura central na política do Pará desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura [José Maria de Moura, Governador de Armas do Pará] entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal, Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependentes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul e ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América.

(MACHADO, André Roberto de Arruda. Para além das fronteiras do Grão-Pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). *Outros Tempos*, v. 12, n. 20, 2015, p. 13)

As alegações do Governador de Armas do Pará, na época mencionada no texto,

- (A) manifestavam a contrariedade do governo local em relação à Portugal e à relação hierárquica que havia se estabelecido, expondo o potencial econômico e o tamanho daquele território, de modo a exigir o comando, pelo Pará, de toda aquela região.
- (B) sinalizam os esforços empreendidos pelas autoridades no Pará para reforçar, com o apoio bélico da coroa portuguesa, as batalhas travadas na região a fim de evitar a subordinação ao Rio de Janeiro, por considerarem mais vantajoso política e economicamente a manutenção do alinhamento a Portugal.
- (C) salientam a ligação existente entre as duas províncias, Maranhão e Pará, dado que contribui para compreender a existência de um projeto político de autonomia, que almejava uma independência própria, regional, para a posterior fundação de uma república aliada a Portugal.
- (D) defendiam que Maranhão e Pará deveriam dominar as demais províncias mencionadas, aliadas ao governo de D. Pedro I no Rio de Janeiro, pois as características geográficas contribuíam para sua superioridade regional e a garantia da unidade territorial daquele território luso.
- (E) demonstram que o povo paraense, mesmo sem apoio de Portugal, buscou resistir à independência do Brasil, por diversos fatores que contribuíam para seu evidente distanciamento político em relação ao governo monárquico recém-instituído no Rio de Janeiro.

17. O primeiro tratado envolvendo as coroas de Espanha e Portugal (então Reino de Portugal e Reino de Castela, respectivamente) para a delimitação das fronteiras nos territórios almejados por essas potências marítimas na América do Sul, foi o Tratado

- (A) de Badajós, que foi assinado por Dom João V e Fernando VI, pouco antes do início das grandes viagens marítimas em direção ao "Novo Mundo", determinando uma divisão supostamente em duas partes semelhantes, das terras a serem colonizadas.
- (B) de Tordesilhas, que determinava o domínio português a partir de um cálculo aproximado de 370 léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde, estabelecendo esse limite para a fronteira entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis.
- (C) El Pardo, que atestava que as terras conquistadas seriam daquele que as povoasse, motivando, assim, as incursões de bandeirantes financiadas por cada um desses países europeus, a fim de avançar sobre o interior do continente.
- (D) de Madri, que beneficiou Portugal pois não se sabia ao certo a extensão da América do Sul a oeste, estabelecendo uma porção maior do continente para esse país, e que incluía todo o litoral atlântico.
- (E) da União Ibérica, que traçou uma linha imaginária que dividia os territórios de Espanha e Portugal, mas que nunca foi respeitada uma vez que Portugal, durante o período de vigência do mesmo, esteve sob a dominação espanhola.

18. A relação entre as missões católicas e o comércio das drogas do sertão, na Amazônia, durante o período colonial, foi permeada

- (A) pelo objetivo de angariar recursos financeiros para a construção de fortes e o cercamento das missões, em razão das dificuldades de sobrevivência dos brancos na região, em consequência das batalhas desencadeadas pela Guerra Justa.
- (B) pela predominância do trabalho de negros escravizados, uma vez que os jesuítas priorizavam, junto aos indígenas, a catequização e a formação de aldeamentos.

- (C) pela regulação da coroa portuguesa que controlava, por meio de agentes alfandegários e impostos, os ganhos centralizados pela Companhia de Jesus, com essa atividade.
- (D) pela grande participação indígena não apenas na coleta, mas também no transporte fluvial desses produtos, a partir de uma rede de comunicação e deslocamento já existente antes da chegada dos europeus.
- (E) pela introdução de técnicas de cultivo e formas de divisão do trabalho, a fim de que houvesse um aumento da escala de produção e exportação de modo a suplantarem a cultura canavieira na região.



19. Leia o trecho de um discurso do General Emílio Garrastazu Médici, proferido em Manaus em 08 de outubro de 1970:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura socioeconômica. [...] Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia. [...] O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil.

(APUD MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília (DF), 2017, p. 9. Disponível em: <https://snh2017.anpuh.org>)

A partir do trecho acima e considerando as ações do governo militar na Amazônia, o discurso

- (A) propagandeia os feitos do governo militar na região, que decide eliminar a pecuária e práticas extrativistas como a castanha, a madeira, entre outras para dar lugar a obras de engenharia e infraestrutura geradas pela instalação de empresas na Zona Franca de Manaus.
 - (B) defende o povoamento do coração da Amazônia, uma vez que o vazio demográfico, na visão daquele governo, deveria ser combatido com idealismo e a militarização da região.
 - (C) revela uma interpretação do golpe de 1964 como uma revolução e um diagnóstico de que o governo militar estava proporcionando desenvolvimento econômico perene para a região e de viés nacionalista.
 - (D) atesta a falta de desenvolvimento econômico na região como um desafio ainda sem solução e celebra Manaus como sendo o centro político e econômico da Amazônia.
 - (E) alerta para o fato de que as atividades econômicas realizadas na região até aquele momento foram iniciativas estrangeiras, havendo a necessidade de uma revolução imediata para alterar essa situação.
20. A Constituição de 1988 apresentou determinações importantes em relação ao meio ambiente. No que diz respeito à Amazônia, esta foi
- (A) considerada Patrimônio nacional, juntamente com a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, prevendo-se que a utilização de seus recursos nacionais ocorra dentro de condições que assegurem sua preservação.
 - (B) definida legalmente a partir de sua extensão total, para além do território nacional, uma vez que também está situada no Peru, Colômbia, Suriname, Bolívia, Venezuela, Guiana e Equador, onde também passam a atuar, regionalmente, organismos como a SUDAM.
 - (C) tombada como área de proteção ambiental permanente, em um capítulo que também incluiu nessa categoria os biomas nacionais historicamente mais antigos do país, como o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Mata Atlântica.
 - (D) ampliada em termos geográficos, instituindo-se pela primeira vez uma área denominada "Amazônia legal" como forma de precisar sua extensão, evitando-se a crescente diminuição e degradação dos ecossistemas originais pelas bordas.
 - (E) declarada área de interesse mundial de preservação, segundo sua classificação como Patrimônio Cultural da Humanidade, título que permitiu a criação do Complexo de Conservação da Amazônia Central.
21. Na área atualmente identificada como Amazônia legal ocorreram, durante o período regencial, diversas revoltas sociais que envolveram participação de membros da elite local, a exemplo da
- (A) Balaiada e da Revolta dos Malês.
 - (B) Revolta Praieira e da Confederação do Equador.

- (B) Revolta Federal e da Comendação do Equador.
- (C) Sabinada e da Comuna de Manaus.
- (D) Revolta dos Galegos e da Revolta da Praia de Sangue.
- (E) Cabanagem e da Rusga do Mato Grosso.

22. Um dos principais impactos da I Guerra Mundial para a Amazônia foi a assinatura dos chamados acordos de Washington que
- (A) possibilitaram a modernização das Forças Armadas para a defesa da região, em troca do fornecimento de alimentos para os países em guerra, por meio do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.
 - (B) fundaram o Banco de Crédito da Borracha na Amazônia, com capital norte-americano, incentivando a ocupação da região por meio da distribuição de terras a pequenos proprietários do sul, o que reforçou o fenômeno migratório da diáspora gaúcha.
 - (C) estimularam a extração do látex amazônico em face dos problemas de abastecimento causados pelo conflito no Pacífico, nos seringais da Malásia, região que chegou a ser ocupada pelos japoneses.
 - (D) estipularam uma quota de recrutamento de soldados brasileiros na região, os chamados "soldados da borracha", para reforçar as tropas aliadas que protegiam a região, após o ataque sofrido pelo Brasil por submarinos alemães.
 - (E) iniciaram a construção de uma base aérea no Pará para facilitar o abastecimento dos aviões norte-americanos, fato que contribuiu para o ataque japonês a Pearl Harbor.



23. Chico Mendes, assassinado em 1988, e Dorothy Stang, assassinada em 2005, são nomes referenciais na história dos movimentos sociais na Amazônia e têm suas trajetórias marcadas, respectivamente, pela
- (A) ação política como deputado federal comprometido com a preservação do meio ambiente e a reforma agrária, no estado do Acre; e pelas denúncias levadas à ONU a respeito da convivência entre o governo e empresas ligadas à extração de madeira e garimpo, no Pará.
 - (B) vida dedicada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, no Acre, sendo eleito presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; e pela propagação da Teologia da Libertação em escolas fundadas por igrejas católicas e evangélicas, no Pará.
 - (C) luta em prol da melhoria das condições de trabalho dos seringueiros, no Acre, e pela ação caridosa em defesa dos direitos básicos dos camponeses, como a escolarização, no Pará, onde foi recentemente canonizada pela Igreja Católica.
 - (D) criação da União dos Povos da Floresta, no Acre, ONG que contou com reconhecimento e apoio da Unesco; e pela liderança no âmbito do MST na região nordeste do Pará.
 - (E) atuação na defesa do meio ambiente florestal contra o avanço das pastagens e na sindicalização dos seringueiros, no Acre; e pela defesa dos trabalhadores rurais em detrimento da atuação de fazendeiros e madeireiros em localidades às margens da rodovia Transamazônica, como missionária cristã.

24. Considere a seguinte descrição:

Originária de Cametá, a dança expressa gratidão dos índios e escravos africanos por um milagre. Depois de um dia exaustivo de trabalho, os escravos eram liberados, sob fiscalização, para conseguir algo para comer. Certo dia foram à praia e encontraram grandes quantidades de siris que se deixavam apanhar facilmente. Em agradecimento, ensaiaram uma dança e deram o nome de Sirirí, que narra o fato.

(Disponível: <http://www.belem.pa.gov.br>)

Em termos históricos, o texto indica a

- (A) antiga tradição alimentar das populações ribeirinhas do Amazonas, estado onde se originou a festa.

- (B) invisibilidade da herança indígena nas festas da região norte, uma vez que inexistem características da cultura indígena nessa manifestação.
 - (C) existência de uma convivência harmoniosa entre índios, negros e brancos, apesar das adversidades, e que deu origem a incontáveis manifestações festivas.
 - (D) precariedade da sobrevivência imposta aos escravos, responsáveis por complementar sua própria alimentação.
 - (E) marca do sincretismo religioso presente na ideia de milagre, no batuque, e na origem africana da palavra Siri da qual deriva o nome da dança.
-

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, cada desembargador
- (A) terá um assessor, com diploma de curso superior, em qualquer área de formação, de sua livre indicação, nomeado pelo Vice-Presidente do Tribunal.
 - (B) terá, no mínimo, dois assessores, bacharéis em Direito, indicados e nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (C) terá dois assessores, com diploma de curso superior, em qualquer área de formação, indicados e nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (D) terá, no mínimo, dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Corregedor do Tribunal.
 - (E) terá, no mínimo, um assessor, bacharel em Direito, de sua livre indicação, nomeado pelo Presidente do Tribunal.
-
26. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Tribunal Pleno processar e julgar
- (A) as ações rescisórias propostas contra decisões dos juízes de primeiro grau, das turmas e de seus próprios acórdãos.
 - (B) as ações anulatórias de cláusulas normativas.
 - (C) os conflitos de competência entre as seções especializadas e as turmas, entre estas e o pleno e entre as seções especializadas e o pleno.
 - (D) os *habeas corpus*, *habeas data* e mandados de segurança contra atos de juízes de primeiro grau.
 - (E) as ações em matéria de greve.
-



27. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região sobre as sessões de julgamento,
- (A) em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das sessões, publicando-se no sítio do Tribunal, com antecedência mínima de 48 horas.
 - (B) as sessões ordinárias serão realizadas em dias da semana e hora estabelecidos por ato do Tribunal Pleno, sem necessidade de convocação formal de seus membros, alteráveis em qualquer época, quando conveniente ao bom andamento dos serviços.
 - (C) as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas realizar-se-ão mediante convocação feita por seus respectivos Presidentes ou pela maioria simples dos desembargadores, e publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, com antecedência mínima de 48 horas.
 - (D) as sessões administrativas não poderão ser realizadas em dias coincidentes com os das sessões ordinárias, conforme calendário publicado no início de cada exercício, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (E) as sessões de julgamento somente serão realizadas com a presença do membro do Ministério Público do Trabalho. Contudo, se na hora prevista ele estiver ausente, o Presidente aguardará por 15 minutos e, persistindo a falta, prosseguirá com a sessão.
-
28. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do TRT da 11ª Região, o recurso cabível em face da denegação de seguimento de recurso de revista apresentado ao Presidente do Tribunal será
- (A) agravo de instrumento para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (B) agravo de instrumento para o Tribunal Pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (C) agravo de instrumento, para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (D) agravo interno para o Órgão Especial do próprio Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
 - (E) agravo interno para o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
-
29. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Presidente do Tribunal:
- I. despachar os recursos interpostos das decisões das Seções Especializadas, das Turmas e do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação.
 - II. presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.
 - III. deliberar sobre as justificativas de ausências dos juízes.
 - IV. prover os cargos do quadro de pessoal e decidir sobre as movimentações de seus servidores.
 - V. coordenar as atividades da justiça itinerante.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I e II.
 - (B) III e V.
 - (C) II e V.
 - (D) I e IV.
 - (E) III e IV.
-
30. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do TRT da 11ª Região, os magistrados terão férias individuais de
- (A) 30 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 2 meses antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.
 - (B) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las um mês antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.
 - (C) 30 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 15 dias antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 3 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

- (D) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las um mês antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 3 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.
- (E) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 15 dias antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Considere as seguintes situações:

- I. execução de ofício de contribuições previdenciárias relativas a acordo homologado em sede de reclamação trabalhista; e
- II. ação ajuizada por empregado público estadual pleiteando o pagamento de parcelas previstas na lei que institui o regime jurídico dos servidores públicos do Estado respectivo.

Em conformidade com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência para

- (A) I é da Justiça comum federal e II, da Justiça comum estadual.
- (B) I é da Justiça comum federal e II, da Justiça do Trabalho.
- (C) ambas é da Justiça comum estadual.
- (D) ambas é da Justiça do Trabalho.
- (E) I é da Justiça do Trabalho e II, da Justiça comum estadual.

32. Considere que, num contexto de redimensionamento da atividade estatal, lei de determinado Estado promova ou autorize a extinção de entidades integrantes da Administração indireta estadual, acarretando a dispensa em massa dos empregados públicos respectivos. Considere, ainda, que decisões da Justiça do Trabalho tenham suspenso os efeitos do desligamento dos servidores não estáveis sujeitos ao regime celetista, condicionando-o à conclusão de prévia negociação coletiva.

Nesse caso, diante da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referidas decisões

- (A) têm fundamento na exigência de intervenção sindical prévia como procedimento imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, aplicável ao caso em análise, não cabendo ser objeto de questionamento perante o STF.
- (B) estão em desacordo com o entendimento firmado em sede de repercussão geral no sentido de que a intervenção sindical prévia não se confunde com celebração de convenção ou acordo coletivo, cabendo por isso ser objeto de reclamação perante o STF.
- (C) violam os princípios da separação dos poderes e da legalidade, ao criarem condições para extinção de entidades da Administração indireta não previstas no ordenamento, cabendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o STF.

- (D) violam os princípios da separação dos poderes e da legalidade, ao criarem condições para extinção de entidades da Administração indireta não previstas no ordenamento, cabendo ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o STF.
- (E) violam os princípios da separação dos poderes e da legalidade, ao criarem condições para extinção de entidades da Administração indireta não previstas no ordenamento, embora não seja cabível seu questionamento perante o STF.

33. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), lei estadual que disponha sobre a contratação de aprendizes por empresas que participem do Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Estado será
- (A) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
 - (B) constitucional, por legislar de modo a atender a suas peculiaridades em matéria de competência concorrente.
 - (C) constitucional, desde que se trate de lei complementar e que se restrinja a questões específicas da matéria.
 - (D) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação perante o STF, uma vez que contraria tese fixada em sede de repercussão geral.
 - (E) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação perante o STF, uma vez que contraria súmula vinculante existente sobre a matéria.

34. Com o objetivo de assegurar aos jurisdicionados meios adequados à solução de conflitos de acordo com sua natureza e peculiaridade, estimulando a autocomposição de litígios e a pacificação social por meio de conciliação e mediação, resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamenta a criação e o funcionamento, no âmbito do Poder Judiciário, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Estabelece, dentre outros aspectos, a facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos referidos centros, em consonância com as situações em que legislação infraconstitucional o autoriza, diante da natureza dos direitos envolvidos e dos atos praticados. Considerando os elementos ora fornecidos à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o CNJ
- (A) não possui competência para editar referida resolução, ademais de ser inconstitucional a previsão quanto à facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs.
 - (B) possui competência para editar referida resolução, sendo constitucional a previsão quanto à facultatividade da representação por advogado nos CEJUSCs, mas inconstitucional no que se refere ao defensor público.
 - (C) possui competência para editar referida resolução, embora seja inconstitucional a previsão quanto à facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs.
 - (D) possui competência para editar referida resolução, sendo ademais constitucional a previsão quanto à facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs.
 - (E) não possui competência para editar referida resolução, embora seja constitucional a previsão quanto à facultatividade da representação por advogado ou defensor público nos CEJUSCs.



35. Ao disciplinar as formas de aquisição e perda da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal estabelece que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que
- (A) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade judiciária competente, renúncia essa que impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, ressalvada situação que acarrete apatridia.
 - (B) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
 - (C) fizer pedido expresso de perda de sua nacionalidade perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia, renúncia essa que, no entanto, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.
 - (D) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
 - (E) tiver cancelada sua naturalização, por decisão da autoridade administrativa competente, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Direito Administrativo

36. A restrição de acesso a informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem detidas pelo Poder Judiciário pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de sua produção

- (A) consiste na classificação em informação restrita, considerada de segurança nacional e deve ser homologada pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) pode ser solicitada por qualquer sujeito do processo que, necessariamente, tramite em segredo de justiça.
- (C) independem da classificação de sigilo e o acesso fica restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem.
- (D) configura o nível ultrassecreto de acesso, que pode ser classificado apenas pelo Presidente do Tribunal ou Conselho.
- (E) representa o nível secreto de acesso, que depende de avaliação conjunta pelos membros do tribunal pleno ou órgão especial.

-
37. Consiste direito dos usuários de serviço público assegurado na Lei nº 13.460/2017 a
- (A) instituição de Serviços de Informação ao Cidadão com autonomia administrativa.
 - (B) realização de Conferências trienais para aprovação e gestão do serviço público.
 - (C) participação nos órgãos de gestão das concessionárias de serviços públicos.
 - (D) criação de ouvidoria com indicação de ouvidor externo pela sociedade civil.
 - (E) implementação de conselhos de usuários como órgão consultivo.

-
38. As contratações de entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos que participam de forma complementar do SUS nos moldes previstos na Constituição Federal se dá por meio de
- (A) contrato de gestão.
 - (B) termo de colaboração.
 - (C) termo de parceria.
 - (D) convênio.
 - (E) acordo de cooperação.

-
39. Os presidentes de autarquias, fundações ou empresas públicas têm competência para classificar sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, independentemente de delegação, no máximo, como de grau
- (A) comum.
 - (B) secreto.
 - (C) ilimitado.
 - (D) ultrassecreto.
 - (E) reservado.

-
40. Para além da responsabilidade civil e administrativa, estão sujeitos a serem processados por crime de responsabilidade
- (A) agentes políticos.
 - (B) conselheiros tutelares.
 - (C) representantes consulares.
 - (D) servidores públicos civis.
 - (E) servidores militares.



Direito do Trabalho

41. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o adicional de periculosidade varia entre os graus mínimo, médio e máximo, sendo, respectivamente, de 10%, 20% e 30% do salário dos empregados.
 - (B) é considerada atividade insalubre aquela que implique risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis e explosivos.
 - (C) o adicional de insalubridade tem percentual fixo: 30% do salário básico do empregado.
 - (D) o adicional de periculosidade varia entre os graus mínimo, médio e máximo sobre o salário mínimo.

(E) são consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

42. Peçanha, policial militar, ingressou com uma reclamação trabalhista em face do Consultório Odontológico "Sorriso Lindo". Na inicial, relatou que, entre 2019 e 2021, havia prestado serviços de segurança para a clínica e era responsável por acompanhar a abertura (por volta das 9h) e o fechamento (por volta das 18h) do consultório. Ele pretendia a anotação do contrato na carteira de trabalho e o pagamento de todas as parcelas decorrentes. Em sua defesa, a clínica disse que ficava numa sobreloja e que, por volta de 2019, passou a sofrer diversos assaltos e ameaças por telefone. Na mesma época, o policial se ofereceu espontaneamente para dar segurança em troca de pagamentos mensais. Desde então, não ocorreram mais assaltos. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como a jurisprudência vigente, e, considerando, tão somente, as informações oferecidas pelo enunciado,
- (A) preenchidos os requisitos necessários, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
 - (B) somente poderá ser reconhecido o vínculo trabalhista entre o policial e a clínica caso tenha sido dada permissão da prestação de serviços pela Polícia Militar do Estado ao qual o trabalhador está subordinado.
 - (C) tendo em vista que a prestação de serviços se deu em concomitância com o exercício de função pública, o policial militar deverá optar, havendo compatibilidade de horário, por uma das atividades e, ainda, pela remuneração que lhe parecer mais conveniente.
 - (D) por ser o militar em questão servidor público, qualquer reconhecimento de vínculo trabalhista demanda, necessariamente, a aprovação em concurso público.
 - (E) em razão de a contratação do policial pela clínica odontológica ter se dado sem concurso público, não trará ao trabalhador quaisquer efeitos jurídicos válidos a não ser o direito à percepção dos salários do período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
-

43. O escritório de contabilidade "No Azul", buscando a redução de custos em infraestrutura, resolveu colocar 40% de seus funcionários em teletrabalho, com possibilidade de revogação, caso a experiência não se mostrasse bem-sucedida. Diante do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) em razão de sua precariedade, não se faz necessário constar a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho do instrumento de contrato individual de trabalho.
 - (B) mesmo na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, o empregador sempre será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, por caber a ele o risco do negócio.
 - (C) o comparecimento, de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
 - (D) o empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.
 - (E) é vedada a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.
-

44. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre
- I. teletrabalho.
 - II. modalidade de registro de jornada de trabalho.
 - III. salário-família.
 - IV. seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador.
 - V. remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) IV e V.
 - (B) II e V.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
-



45. Afrodite assinou, em 1^ª/3/2019, com a empresa Olimpo, contrato de trabalho por prazo indeterminado e, em 1^ª/12/2022, foi demitida sem justa causa de seu trabalho. Em 10/1/2023, em exame médico de rotina, Afrodite descobriu que estava grávida, com dois meses de gestação, cuja data provável da concepção foi apontada em 10/11/2022. Diante disso, Afrodite foi procurar o seu antigo empregador para requerer os seus direitos. Diante do que estabelece a jurisprudência consolidada do TST,
- (A) ao não informar seu empregador de que estava grávida no momento de sua demissão, Afrodite não tem mais direito a qualquer garantia de emprego, tendo em vista que está se dá somente durante a vigência do contrato de trabalho.
 - (B) Afrodite somente terá direito à garantia de emprego pretendida caso haja previsão em norma coletiva de sua categoria profissional.
 - (C) tendo em vista que tanto Afrodite como seu empregador somente souberam da gravidez após encerrado o contrato de trabalho, Afrodite não tem direito à reintegração do emprego, mas somente à indenização decorrente da garantia de emprego.
 - (D) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da garantia de emprego.
 - (E) Afrodite só terá direito ao benefício previdenciário do salário-maternidade, pago pelo INSS, no prazo de vinte e oito dias antes e noventa e um dias após o parto.

Direito Processual do Trabalho

46. A Consolidação das Leis do Trabalho, ao tratar das nulidades, estabelece que
- (A) havendo incompetência, na fase de conhecimento, em razão da matéria, esta deverá ser declarada *ex officio*.
 - (B) será declarada *ex officio* ou mediante provocação das partes, seja ela absoluta ou relativa.
 - (C) não há necessidade de o juiz ou Tribunal que pronunciá-la, declarar a sua extensão, porque o processamento do feito retornará à sua origem.
 - (D) haverá nulidade mesmo nos casos em que não haja manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (E) a parte poderá pugnar pela declaração de nulidade junto ao órgão judicante, ainda que ela a tenha dado causa.
47. A respeito de prova, de acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) o instrumento normativo, mesmo apresentado em cópia não autenticada, possui valor probante, independentemente de impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.
 - (B) não é vedada a produção de prova posterior pela parte que foi declarada confessa, pois a busca da verdade real interessa a todos os integrantes da relação processual, cuja Justiça é o bem maior a ser preservado.
 - (C) a configuração, ou não, do exercício da função de confiança pelo bancário, tais como direção, gerência, fiscalização, chefia ou equivalente, independe da produção de prova das suas reais atribuições, pois o enquadramento nesses casos se dá pela nomenclatura do cargo.
 - (D) a prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
 - (E) incide em suspeição a testemunha que litiga ou litigou contra o mesmo empregador, pois configura-se, na hipótese, clara troca de favores entre o reclamante e a testemunha.
48. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico acerca da competência, a Justiça do Trabalho
- (A) não detém atribuição para julgar demandas relativas à aplicação de penalidades administrativas, uma vez que a competência material é endereçada à Justiça Comum Federal.
 - (B) detém atribuição para processar e julgar ação possessória, ainda que seja ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
 - (C) não detém competência para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador.
 - (D) não é competente para executar de ofício as contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
 - (E) é competente para processar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
49. De acordo com a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho acerca da prescrição,
- (A) a ação trabalhista, mesmo que venha a ser arquivada, suspende a curso do prazo prescricional em relação aos pedidos que sejam idênticos.
 - (B) a ação trabalhista que traga pedido de prestações sucessivas, desde que decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, mesmo quando a parcela esteja assegurada por preceito legal.

- (C) a declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- (D) o prazo prescricional se inicia no instante em que o menor completa 16 anos de idade, uma vez que é permitida a contratação pelo regime da CLT a partir dessa idade.
- (E) a petição de homologação de acordo extrajudicial interrompe o prazo prescricional da ação quanto aos pedidos nela especificados.



50. Relativamente à capacidade postulatória, a Consolidação da Leis do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, fixam que
- (A) a faculdade do *jus postulandi* assegura a participação em todos os trâmites processuais, todavia há necessidade de constituição de advogado pelo reclamante quando firmar acordo, uma vez que necessita de apoio jurídico-profissional em razão de sua hipossuficiência.
 - (B) é lícito fazer uso do *jus postulandi* e ingressar com processo de homologação de transação extrajudicial em petição conjunta e aguardar a homologação do juiz.
 - (C) não há qualquer restrição ao exercício do *jus postulandi* em se tratando de feitos que tramitam nas Varas do Trabalho, nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, pois a vedação diz respeito apenas ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) é admissível a reclamação verbal ou escrita, mesmo em se tratando do uso do *jus postulandi*, sendo que, quando escrita, deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.
 - (E) somente os empregados detêm o *jus postulandi*, uma vez que a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) não considerou que o empregador possa reclamar pessoalmente na Justiça do Trabalho, em razão de poder arcar com os custos financeiros de um advogado.

Direito Civil

51. Segundo o disposto no Código Civil, as organizações religiosas têm natureza jurídica de
- (A) pessoa jurídica de direito privado.
 - (B) pessoa jurídica de direito público externo.
 - (C) pessoa jurídica de direito público interno.
 - (D) associação pública.
 - (E) autarquia.
52. Marta possui imóvel urbano de 300 m² como se fosse seu, sem interrupção e nem oposição. Além disso, possui justo título e boa-fé. No entanto, não estabeleceu sua moradia no local e nem realizou ali investimentos de interesse social e econômico. Nessas condições, poderá adquirir a propriedade do imóvel por usucapião no prazo mínimo de
- (A) 2 anos.
 - (B) 10 anos.
 - (C) 20 anos.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 15 anos.
53. O titular do direito real de habitação, ao habitar gratuitamente imóvel alheio, pode
- (A) ceder, gratuita ou onerosamente, o exercício do direito a terceiros.
 - (B) emprestá-lo a outrem, desde que continue responsável pela manutenção do imóvel.
 - (C) ocupá-lo sozinho, sendo vedado que outras pessoas de sua família ali residam.
 - (D) simplesmente ocupá-lo com sua família.
 - (E) alugá-lo, desde que reverta parte do valor à manutenção do imóvel.
54. Ana e Carla constituíram união estável sem qualquer formalização. No bojo da união, Ana adquiriu uma motocicleta por 10 mil reais. Por sua vez, Carla ganhou, através de doação da genitora, um carro de 60 mil reais. No caso de dissolução da união estável,
- (A) Ana fará jus à meação do carro, porém Carla não terá direito à partilha da motocicleta.
 - (B) tratando-se de sociedade de fato, será necessária prova de esforço comum para que os bens possam ser partilhados.

- (C) Carla fará jus à meação da motocicleta, porém Ana não terá direito à partilha do carro.
- (D) os dois bens serão objeto de partilha, garantindo-se a meação destes às partes, independentemente de prova de esforço comum.
- (E) em virtude da ausência de formalização da união estável, inexistirá partilha de bens, permanecendo cada parte com o veículo de sua propriedade.

Direito Processual Civil

55. Laísa e Mauro vivem em união estável há 10 anos. Em razão de uma dívida particular de Mauro, o imóvel do casal foi objeto de penhora em ação de execução de título executivo extrajudicial, na qual somente ele figurava no polo passivo. Nessa situação, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, Laísa pode defender sua meação através de
- (A) impugnação ao cumprimento de sentença.
 - (B) embargos de terceiro.
 - (C) embargos monitórios.
 - (D) chamamento ao processo.
 - (E) denúncia à lide.



56. Segundo o disposto na Lei nº 9.099/1995, podem figurar como parte autora no Juizado Especial Cível
- (A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
 - (B) os menores de 16 anos.
 - (C) os insolventes civis.
 - (D) os presos.
 - (E) as pessoas jurídicas de direito público.
-
57. Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,
- (A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.
 - (B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.
 - (C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.
 - (D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.
 - (E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

Direitos Humanos

58. No âmbito do sistema composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o recebimento de petições contendo denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-Parte compete à
- (A) Corte, se a petição for formulada por pessoa ou grupo de pessoas, e à Comissão, se a petição for formulada por entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.
 - (B) Comissão, podendo a petição ser formulada por pessoa ou grupo de pessoas, estando os peticionários legitimados a submeter o caso à decisão da Corte se, após esgotado o trâmite perante a Comissão, subsistirem os motivos da petição.
 - (C) Comissão, podendo a petição ser formulada por pessoa ou grupo de pessoas, ou por entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.
 - (D) Corte, podendo a petição ser formulada por pessoa ou grupo de pessoas, ou por entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.
 - (E) Comissão, se a petição for formulada por pessoa ou grupo de pessoas, e à Corte, se a petição for formulada por entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.
-
59. Em conformidade com o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, denominado "Protocolo de São Salvador",
- (A) a legislação dos Estados-Partes deve assegurar proibição de trabalho em atividades insalubres ou perigosas para os menores de 18 anos, permitido o trabalho noturno, desde que a jornada de trabalho se compatibilize com as disposições sobre ensino obrigatório.

- (B) os Estados-Partes garantirão o direito de greve, estando os membros das forças armadas e da polícia, bem como de outros serviços públicos essenciais, sujeitos às limitações e restrições impostas pela lei.
- (C) a fim de conseguir o pleno exercício do direito à educação, o ensino de primeiro e segundo grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente, e o ensino técnico e o profissional devem tornar-se igualmente acessível a todos, de acordo com a capacidade de cada um e, especialmente, pelo estabelecimento progressivo do ensino gratuito.
- (D) os direitos reconhecidos ou vigentes num Estado-Parte em virtude de sua legislação interna poderão ser restringidos ou limitados, caso o Protocolo não os reconheça ou os reconheça em menor grau.
- (E) os Estados-Partes garantirão o direito dos trabalhadores de organizar sindicatos e de filiar-se ao de sua escolha, podendo o exercício desses direitos ser limitado por lei somente na hipótese de salvaguarda da ordem pública.

60. Suponha que se pretenda instituir por lei o direito à prioridade de pessoas com deficiência para matrícula em escola pública próxima à sua residência, considerando-se, para esse fim, as pessoas com deficiência física, mental ou intelectual, decorrente de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores. À luz da Constituição Federal, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, previsão dessa natureza, sob o aspecto material, será
- (A) ilegal, por conter definição mais restritiva do grupo de destinatários de proteção outorgada a pessoas com deficiência do que aquela prevista na CDPD, que foi incorporada ao direito interno com *status* de norma supralegal, embora infra-constitucional.
 - (B) lícita, pois, embora contenha definição mais restritiva do grupo de destinatários de proteção outorgada a pessoas com deficiência do que aquela prevista na CDPD, esta foi incorporada ao direito interno com *status* de norma legal, prevalecendo por isso a lei posterior.
 - (C) legal, por assegurar tratamento benéfico a pessoas com deficiência, de modo compatível com a CDPD, que foi incorporada ao direito interno com *status* de norma supralegal, embora infraconstitucional.
 - (D) constitucional, por assegurar tratamento benéfico a pessoas com deficiência, de modo compatível com a CDPD, que foi incorporada ao direito interno com *status* de norma constitucional.
 - (E) inconstitucional, por conter definição mais restritiva do grupo de destinatários de proteção outorgada a pessoas com deficiência do que aquela prevista na CDPD, que foi incorporada ao direito interno com *status* de norma constitucional.

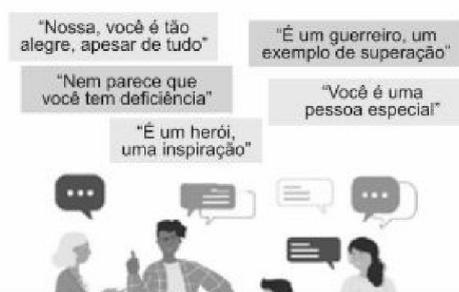
DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] Capítulo 11. [...] 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático referido no presente Edital. 11.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a habilidade de leitura e compreensão dos textos propostos e a capacidade de expor e desenvolver argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, avaliando também a correção gramatical, segundo os critérios definidos no item 11.4 a 11.8 deste Capítulo. 11.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 11.3 e subitem deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Texto 1

O termo *capacitismo* é relativamente novo na sociedade, assim como na própria esfera dos movimentos sociais. De acordo com Luciana Maia, psicóloga e professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza, "o *capacitismo* é um preconceito dirigido a qualquer pessoa que apresenta uma deficiência, seja ela física, intelectual

Texto 2



ou sensorial [...] Como outras formas de preconceito, ele contribui para privar os direitos e a dignidade humana das pessoas com deficiência, determinando e perpetuando desigualdades e injustiças sociais, e contribuindo diretamente para a exclusão social de membros desse grupo.

(Adaptado de: UNIFOR. **Saiba o que é capacitismo e por que é importante combatê-lo.** Disponível em: <<https://g1.globo.com>. Publicado em: 27 de out. de 2021. Acesso em: 11 de nov. de 2023)



Muitas vezes, o capacitismo se reveste de um sentimento ou de um comportamento de "simpatia" pelas pessoas com deficiência, mas que sustenta uma ideia de subordinação social e econômica dessas pessoas.

(Tribunal Superior do Trabalho. **É capacitismo, e você deve saber: um miniguia para atitudes que incluem pessoas com deficiência.** Disponível em: <<https://www.tst.jus.br>. Publicado em: jan. de 2023. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 3

Agência Senado – Como a sra. define o capacitismo?

Senadora Mara Gabrili – É comum, ainda hoje, encontrar referências às pessoas que não possuem uma deficiência como "pessoas normais". Isso acontece por conta da construção social de um "corpo padrão". Muitos ainda subestimam a capacidade de uma pessoa em função de uma deficiência. O capacitismo define erroneamente a pessoa pela sua deficiência. Mas a pessoa é muito mais do que aquele impedimento físico, sensorial, intelectual ou mental, que adquiriu ao longo da vida ou nasceu com ele. Por isso, é tão importante discutir o capacitismo. Muitas vezes isso acontece por maldade até, por crueldade, quando a pessoa desqualifica a outra por conta de um impedimento, acabando por discriminar e excluir. Mas há os que fazem por puro desconhecimento ou por preconceitos inconscientes.

(Adaptado de: SASSE, Cintia. **Capacitismo: subestimar e excluir pessoas com deficiência tem nome.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 10 de nov. de 2023)



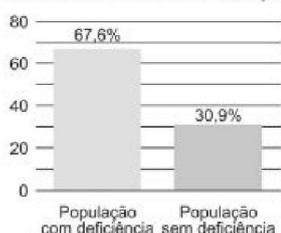
Texto 4

Panorama da desigualdade

Pessoas com deficiência enfrentam barreiras para acessar educação e mercado de trabalho

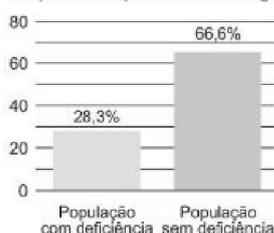
Educação

Parcela da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto



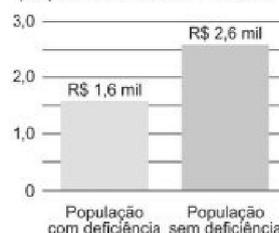
Força de trabalho

Pessoas com 14 anos ou mais; ocupadas ou à procura de uma vaga



Renda

Receita média mensal recebida por pessoas com e sem deficiência



(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino.** Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 5

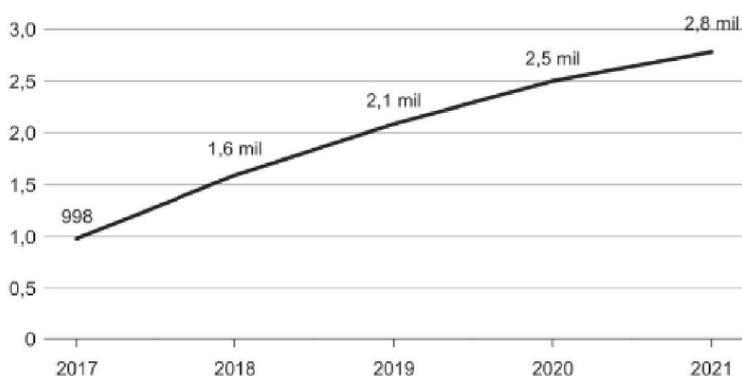
A conceituação da deficiência é um campo em disputa até os dias de hoje. Até meados do século XVIII, predominavam concepções pré-científicas, com um olhar majoritariamente supersticioso ou de caridade, envolvendo culpa ou castigo divino. No século XIX, a ciência médica passou a compreendê-la como patologia. “A ciência via a deficiência como um impedimento corporal, físico e social, situando-a no sujeito e fazendo com que políticas públicas focassem na busca pela reabilitação”, explica a psicóloga Marivete Gesser, coordenadora do Núcleo de Estudos da Deficiência da UFSC. A partir da década de 1960, com os aportes das ciências humanas e sociais, emergiu outro modelo, que compreende que o principal problema enfrentado pelas pessoas com deficiência são as barreiras impostas pela sociedade. “Essa vertente propiciou um salto à produção científica, ao tirar a deficiência de um enfoque individual e patológico e posicioná-la como algo que seria neutro, caso as barreiras sociais fossem suprimidas”, descreve Gesser.

(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 6

Evolução das matrículas

Estudantes com deficiência matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*



(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

A partir da leitura e compreensão dos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

As consequências do capacitismo para a vida de pessoas com deficiência e para a sociedade como um todo.